

Sete anos após chacina Fiscalização flagra trabalho escravo em Unaí

Comando fiscal da Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais flagrou 131 trabalhadores rurais em situação análoga à escravidão, em plantações de feijão, em duas fazendas nos municípios de Unaí e Buriti, no noroeste mineiro. Setenta e oito trabalhadores foram libertados na fazenda Gado Bravo, em Buriti, e cinquenta e três na São Miguel, em Unaí. Juntamente com Irecê, na Bahia, esses três municípios são considerados os maiores produtores de feijão do mundo. Os auditores fiscais do Trabalho ficaram chocados porque, em meio aos trabalhadores, havia 17 mulheres e 8 adolescentes, entre 13 e 17 anos. Nenhum deles tinha a carteira de trabalho anotada.

Essa ação fiscal ocorreu em outubro do ano passado, mas só foi divulgada em 13 de janeiro último. Infelizmente não foram divulgados os nomes dos colegas AFTs que fizeram essa importante ação. Os auditores fiscais lavraram 68 autos de infração, sendo identificadas jornadas estafantes, sem concessão de intervalo para alimentação, sem repouso semanal; pagamentos salariais eram feitos por produção, sem fornecimento de recibo; constatou-se que os trabalhadores eram obrigados a fazer aplicação de agro-tóxico sem qualquer proteção, atingindo até o trabalho infanto-juvenil. Parte dos trabalhadores era levada à plantação em transporte irregular e parte dormia no local de trabalho, em barracas, utilizando colchões de palha, sobre a terra. Não tinham banheiro, nem água potável. José de Oliveira Silva era que aliciava os trabalhadores e mantinha, na fazenda, uma tosca cantina, dirigida por seus irmãos, onde os trabalhadores eram forçados a comprar e, assim, se endividar.

Fazendas Galo Bravo e São Miguel

A fazenda Galo Bravo fica no município de Buriti e está em nome da Agropecuária Galo Bravo, propriedade dos irmãos Marino e Camila Stefani Colpo. A São Miguel está registrada só em nome de Marino Colpo, que é secretário de Desenvolvimento Econômico da prefeitura de Formosa, em Goiás.

Segundo o jornalista Marcelo Portela, que registrou a ação fiscal em detalhada matéria, na edição de 13/01/2011, do jornal O Estado de São Paulo, o secretário Marino Colpo disse ter conhecimento dessa violência contra os trabalhadores, em suas propriedades, "mas as fazendas estão arrendadas e o arrendatário está resolvendo a questão". Adiantou que o arrendatário se chama Néri. Indagado se Néri (Néri Carlos Colpo) não é seu pai, simplesmente respondeu que não tinha nada a declarar. A publicação da reportagem repercutiu na cidade de Formosa, onde esses fatos chocantes eram ignorados pela população local.

Sete anos da chacina

Está completando sete anos a bárbara chacina de três colegas auditores fiscais do Trabalho, e mais um motorista do MTE, que os conduzia, ocorrida numa estrada rural, no município mineiro de Unaí. Foi na manhã do dia 28 de janeiro de 2004 que os colegas AFTs Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage, Nelson José da Silva, a bordo de uma pick-up do MTE, dirigida pelo motorista oficial Ailton Pereira de Oliveira, foram tocados, numa estrada

rural, em Unaí, por vários matadores de aluguel, e fuzilados dentro da viatura, que também ficou crivada de balas. Os colegas estavam em missão oficial, fiscalizando o trabalho rural, nessa região, considerada não só a maior produtora de feijão, do país, mas, também, marcada por desrespeito à legislação trabalhista e maus tratos aos trabalhadores rurais. Na ocasião, alguns fazendeiros resistiram à ação fiscal, deixando claro que não permitiriam a presença dos auditores fiscais em suas propriedades.

Os pistoleiros profissionais foram presos e disseram, na polícia, que agiram a mando dos irmãos Norberto e Robério Mânica, então os maiores produtores de feijão de Unaí. Robério era o prefeito da cidade. Na ocasião foram presos, mas, depois, soltos e o prefeito foi reeleito, saindo da cela, da delegacia, para ser empossado na prefeitura. Até hoje, ao que se sabe, não houve julgamento dos mandantes da chacina. Essa ação fiscal, em Buriti e Unaí, tem um alto valor moral porque resgata a memória dos colegas chacinados. E mostra que nada mudou, na exploração do trabalhador rural, nessa região, do noroeste mineiro, tudo continuando igual ao que os colegas mortos estavam constatando, em 2004. Em 2008 a Assembleia Legislativa de Minas homenageou, em sessão solene, um dos irmãos Mânica, que fora prefeito de Unaí.

Esquecer, jamais!

A chacina brutal de Unaí continua sangrando, como ferimento vivo, não só no corpo da auditoria fiscal do Trabalho, como no corpo dos familiares dos colegas mortos, como no corpo de todos os brasileiros dignos.

Por isso ela não pode ser esquecida. A matança de Unaí é uma afronta aos brasileiros, um atentado brutal ao estado democrático de Direito de nosso país. E para que não caia no esquecimento, auditores e auditoras fiscais do Trabalho de todo o Brasil devem pedir à presidente da República, por meio da direção do SINAIT, que um marco histórico seja erguido, num dos principais pontos do país, para que, no futuro, as novas gerações saibam o que, de fato, ocorreu. Assim, por exemplo, o prédio sede do Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília, poderia passar a se chamar Edifício Auditores Fiscais Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage, Nelson José da Silva e motorista Ailton Pereira de Oliveira. E que no local mais visível, na entrada do prédio, fosse entronizada uma grande placa de bronze, com um texto em letras garrafais, informando a motivação dessa homenagem, ou seja, descrevendo o episódio vergonhoso e sangrento de Unaí. E que para o ato público inaugural fosse convidado todo o corpo diplomático estrangeiro, creditado em Brasília, mais o representante da OIT, em nosso país, para que todos soubessem que o povo brasileiro repudia toda e qualquer forma de violência contra a pessoa humana.

As pessoas de bem, de nosso país, que são maioria plena do povo brasileiro, aguardam uma resposta institucional ao crime bárbaro de Unaí. Elas têm certeza que um dia a impunidade chegará ao fim. Então, nesse dia, os poderosos, truculentos e arrogantes, de hoje, queiram, ou não, terão de enfrentar o Tribunal da Verdade, dos honestos e justos, onde dinheiro nenhum, poder nenhum, terá força para comprar sentenças e arquivar processos. (D.S.)